

cultura local

O MUSEU REGIONAL DE BEJA

FLORIVAL BAIÓIA MONTEIRO *

Os museus são uma expressão física do seu tempo exprimindo determinados conceitos na sua organização, estrutura e objectivos. A sua instalação cumpria os desejos culturais de grupos de pessoas, normalmente eruditos que viam nos objectos antigos uma forma de valorizar o seu passado histórico.

Os museus regionais, a maior parte dos casos, no século passado resultaram da existência de várias colecções locais e do esforço de amadores. Tal como o seu nome indica cobrem uma determinada zona geográfica, dando uma perspectiva da sucessão dos períodos históricos da região.

Não creio ter existido o pressuposto ou a intenção de constituir colecções exaustivas ou belas obras de arte, mas sim recriar um certo ambiente perdido da história local e dos seus habitantes. É o espaço geográfico e cultural da região que se pretende espelhar neste tipo de museu. Para isso muito contribuiu a preciosa ajuda da história natural que enquadrava e explicava os aspectos da história cultural.

Acentuava-se sobretudo o carácter individual dentro da diversidade das suas colecções. Percorre-se um longo caminho que atinge a evolução histórica, a flora, a fauna e as características geográficas. Os seus objectivos iniciais, para além dos expostos, não deviam ultrapassar o mero desejo de acumular peças e de instrução, só acessível a grupos restritos.

Daí que o museu regional se estruturasse segundo objectivos restritos, que não seriam mais do que apresentar as colecções sem qualquer preocupação pedagógica. Mas a evolução das ciências históricas e a contínua procura das coisas culturais imprimiu a este tipo de museu uma nova dinâmica, à qual não é estranho a movimentação turística.

Assim os museus preparam-se internamente para assimilar os novos conceitos, alargando os seus quadros de pessoal, criando oficinas de restauro e conservação, preparando campanhas de investigação, formulando novas apresentações de peças, recriando os ambientes e perspectivando o museu na comunidade e na escola.

A maioria dos museus regionais organizou-se de forma a fazer uma montagem, a mais completa possível, da sua zona, oferecendo uma vasta documentação sobre as tradições e evolução histórica, revelando particularidades como a geografia, a arte, as profissões, a exploração mineira, e outras, mas criando sobretudo quadros comparativos com outras culturas.

Existe a preocupação de ilustrar as colecções através de relações culturais, geográficas e cronológicas e demonstrar a integração da história local na história mundial. Utilizam-se, para tal, todos os meios técnicos possíveis para que os visitantes sejam bem acolhidos e se sintam bem no

* Docente da Escola Secundária nº 2 de Beja

cultura local

espaço-museu, de forma a satisfazer o desejo crescente de cultura.

Separam-se os objectos de exposição das colecções de estudo, criam-se reservas, para que o museu não exprima a imagem de armazém de outrora.

A apresentação para ter hoje uma função essencialmente pedagógica, combinando o aspecto visual (modo de exposição, vitrines, iluminação, etc.) com a informação sobre a qualidade e importância das peças, torna-se mais flexível e dinâmica. Todas as colecções devem ser apresentadas mas sob a forma temporária.

A função educativa leva-o a ter relações privilegiadas com outras instituições culturais (associações de defesa do património e centros culturais, teatros, institutos musicais, bibliotecas, etc.), a organizar exposições temporárias e itinerantes, a proporcionar concertos e teatros, programar conferências e efectuar investigações e escavações. Para tal é necessário criar estruturas próprias que lhe permitam satisfazer as exigências actuais e ter um quadro de técnicos qualificados.

As relações com as escolas podem, só por si, constituir uma secção própria, dada a sua extrema importância. Interessa criar nos jovens a necessidade de preservar o património histórico e cultural e ao mesmo tempo transmitir-lhe informações, conhecimentos e interpretações dos vários fenómenos e acontecimentos produzidos.

Esta preocupação, com os jovens, desde há muito que é alvo de trabalho de museu, por esse mundo fora e mesmo em Portugal já se registam casos interessantes de cooperação.

A recuperação de alguns edifícios antigos para museus, bibliotecas ou serviços sociais permite, ao homem actual, usufruir de conjuntos arquitectónicos, considerados de menor valia, transmitindo-nos diferentes estilos e uma certa mensagem histórica.

Muitos deles tiveram que ser adaptados estruturalmente às suas novas funções, nalguns casos profundamente, alterando-

-lhes a fisionomia. Mesmo assim considera-se que mais valem alterados que destruídos. Para museus reocuparam-se alguns monumentos nacionais, de origem religiosa (igrejas e conventos) ou laica (hospitais e cadeias), que só por si constituem mais um ponto de interesse para o visitante. Tal é o caso do Mosteiro dos Jerónimos, Palácio de Vila Viçosa ou o Convento da Conceição.

É evidente que instalar um museu num edifício antigo arrasta consigo problemas, que não se deparam em novas construções edificadas para esse fim. A disposição das salas, a área de reservas e apresentação, a iluminação, o aquecimento e desumificação, são aspectos que à partida se ultrapassam.

Mas as vantagens de utilizar um monumento são ainda bastante positivas, dado que despertam a curiosidade da população local e constituem interesse artístico. Problemas como conservação e segurança das peças, níveis de humidade e iluminação excessiva podem ser resolvidos, com maior ou menor financiamento, através de novas tecnologias. A electrificação adequada é a única que, quanto a mim, poderá compreender um problema mais complexo, pois normalmente implica a danificação das paredes.

Neste caso o papel do conservador é o de propôr às empresas consultadas a forma mais correcta de as efectuar.

Quanto à apresentação das colecções deve ter-se em atenção a época do edifício e a sua função original.

Se existirem colecções próprias, talvez se deva tentar estabelecer um pouco de equilíbrio interno, proporcionando informações sobre a sua vivência. Nos museus regionais o problema é um pouco diferente, mas mesmo assim de aconselhar.

Se das colecções primitivas nada ou pouco resta, então o conservador tem a hipótese de concretizar livremente a apresentação das peças que possui, mas deve tomar em consideração os aspectos estéticos do edifício de forma a não os encobrir.

cultura local

O visitante percorrerá ao mesmo tempo o edifício e o museu.

O EDIFÍCIO: História e Caracterização

Terá sido no ano de 1459 ou 1461 que os Infantes, D. Fernando e sua esposa D. Brites, fundaram junto ao seu palácio o Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, dedicado à ordem de Santa Clara, sob a jurisdição franciscana, popularmente conhecido por Convento da Conceição.

Devido às inúmeras doações de que foi alvo pelos seus fundadores, seu filho D. Manuel I e por D. João III, este convento viria a tornar-se num dos mais ricos e suntuosos do

país, beneficiando, ao longo da sua história, de várias regalias régias e papais, nomeadamente a concessão às freiras do estatuto de urbanistas e o conseqüente desagravamento das suas regras. Divididas em dois grupos - baptistas e evangelis-

tas, as freiras disputam, de forma saudável, a opulência das suas ofertas, beneficiando o edifício e o actual património nacional, como é o caso da construção de capelas em talha e em mármore marchetado, ou ainda dos andores em prata para cada um dos santos. O convento chegou a ter mais de duzentas freiras e um rendimento de cerca de duzentos mil cruzados de renda anuais.

Entre 1892 e 1895 foi parcialmente demolido. Actualmente está reduzido a um quarto da sua área primitiva, fruto da legis-

lação de 1834, extinção das ordens religiosas e nacionalização das suas casas e bens e da sãna destruidora do Visconde da Ribeira Brava, que no intuito de modernizar a cidade, alargando várias artérias, provocou a destruição de muitos edifícios quinhentistas e seiscentistas



Museu Regional Rainha Dona Leonor

e, no convento, toda a zona residencial, refeitório, portaria e outras instalações.

O seu aspecto exterior é obra de restauro de 1897, visível pelo coroaamento com motivos em alvenaria do gótico final, imitando o do primitivo lado nascente, obras

cultura local

efectuadas para o adaptar a sede do episcopado. A sua entrada encontra-se hoje igualmente deslocada.

Passemos à descrição do edifício, que embora muito delapidado é, ainda um dos mais significativos da segunda metade do século XV.

O poente, totalmente reconstruído, corresponde à antiga portaria. No lado norte onde se encontra a entrada do museu, apresenta um pequeno nartex, de um tramo ogival, onde está a porta axial da igreja, tendo para ali sido transferida aquando das obras de restauro. Esta porta corresponde à primitiva entrada principal, é do estilo gótico manuelino, simples, de bom recorte, encimado pela cruz de cristo e pela esfera armilar, estando emoldurada por uma corda. O primeiro piso, sobre o nartex, possui um belo ajimez mudéjar em mármore cinzento, cujos arcos ultrapassados se atam sobre capitéis igualmente mudéjares. Esta janela poderá ter sido recuperada do velho paço dos infantas.

A restante fachada é composta por um conjunto de quatro tramos de arcada de cruzaria ogival.

Todo o edifício se encontra agora coroado por uma platibanda semelhante à da Batalha, cujos motivos decorativos são os quadrilóbulos e crista de flôr de lis, correndo sobre trifólios inclusos em ogivas.

Na parte noroeste, onde se situava a sacristia e adro, está um belo pórtico gótico do ciclo batalhino. No cimo, interrompendo a platibanda situam-se as estátuas dos fundadores, segurando os escudos e entre eles o emblema da infanta. O coroa-mento é igualmente interrompido pelos botaréus góticos e, a meio corpo da igreja, pela torre sineira quadrangular, terminando em corochéu octogonal, com arestas decoradas com cogulhos. As construções mais antigas (igreja, claustro e casa do capítulo) devem ter sido concluídas até cerca de 1485, ano em que João de Arruda, um mestre da Batalha, veio a Beja inspeccionar as obras.

Ao entrar no edifício deparamo-nos com o coro baixo de abóbada abatida cruzada. Frente a ele, a igreja de uma só nave em abóbada de berço, tendo ao centro uma imagem de Nossa Senhora da Conceição pintada por Murillo em 1895, de estilo flamengo, que substituiu os frescos primitivos.

O templo é provido de quatro capelas. A capela de S. Cristóvão e de S. Bento, joaninas, mandadas erguer por D. Brites Baptista em 1741, e a capela de S. João Evangelista, do século XVII, todas em bela talha dourada. A capela de S. João Baptista é uma das mais belas, de mármore marchetado florentino. Obra de José Ramalho, do ano de 1695, que impressiona pela qualidade e beleza.

A capela-mor toda ela em talha dourada do século XVII, de precioso encanto, cobre a totalidade do altar e paredes.

Do lado do evangelho pode ainda ver-se, para além do pulpito alguns painéis de azulejos setecentistas (1741), evocando motivos religiosos (vida de S. João Baptista).

A comunicação entre a igreja e o claustro fazia-se através de uma pequena roda dissimulada na talha, impedindo a visualização ou contacto com as freiras.

O coro alto, primitivamente decorado com azulejos quinhentistas e posteriormente de talha dourada, foi neste século despojado, estando agora a servir de reservas.

Podem ainda ver-se alguns túmulos de mármore onde se encontram os corpos de D. Fernando e seus filhos, e um outro pequeno com as ossadas de D. Oussanda, a primeira abadessa do convento.

Uma pequena galeria liga a igreja ao claustro, nomeadamente à quadra de Nossa Senhora do Rosário. Esta é de abóbada ogival composta de sete tramos apoiada em mísulas de pirâmide invertida sendo as suas paredes revestidas por azulejos do século XVII. Nela se encontra uma capela em estilo renascentista que data de 1641 dedi-

cultura local

cada a S. João Baptista. No cruzamento com a quadra de S. João Evangelista existe uma capela do mesmo santo.

Na quadra de S. João Baptista a mais rica, existem três capelas: de S. Francisco de Assis (1567), de Nossa Senhora do Desterro (1567) e a de S. João Baptista (1614). A quadra está revestida de azulejos seiscentistas, atapetados imitando brocados e damascos, incluindo pequenos quadros com motivos religiosos, pintados ao gosto popular.

A quadra da portaria, um pouco mais pobre de ornatos é igualmente revestida de azulejos do mesmo século.

A de S. João Evangelista formada por abóbadas de arestas, assente em mísulas renascentistas, tem as paredes forradas por azulejos de xadrez (enxaquetados) de proveniência sevilhana, na primeira metade do século XVI, em verde e branco. Nesta quadra encontra-se também a porta para o inexistente refectório, em cantaria, representativa da primeira fase do manuelino. Também é a quadra que tem a entrada para a casa do capítulo, feita através de uma porta em cantaria onde estão representadas as armas e insígnias de D. João II (escudo e pelicano), cujo ornato da arquivolta é composto por duas vides com cachos e rosas, que saíndo em baixo, das fauces de dragões, se entrelaçam no alto.

A casa do capítulo, sem dúvida a mais elegante do edifício, apresenta-se revestida até meia altura por azulejos sevilhanos de aresta, formando painéis atapetados com motivos de inspiração renascentista. São, segundo José Meco, da primeira metade do século XVI. Igualmente revestem o banco, constituindo um belo mostuário de azulejaria da época. O tecto está decorado com pintura a têmpera datado do ano de 1727 e o arco onde se situava o altar é revestido de azulejos quinhentistas, formando figuras geométricas em azul ou verde e branco.

As salas da pinacoteca arquitectonicamente sem valor artístico são obra recente deste século. A galeria de exposições temporárias situa-se no primeiro piso onde

também se colocou a célebre Janela de Mértola, tão famosa por estar ligada a Mariana Alcoforado.

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DO MUSEU

Beja viu nascer no século XVIII (1791) o primeiro núcleo museológico, dedicado à arqueologia, fruto da paixão de Frei Manuel do Cenáculo, bispo de Beja, um dos primeiros portugueses a dedicar-se à recolha, estudo e divulgação do espólio arqueológico, fundando o Museu Sesinando-Cenáculo Pacense. A sua ascensão no século XIX a arquipiscopado de Évora veio, contudo, a alterar profundamente esta instituição, transferindo o ex-bispo pacense grande parte da sua colecção para aquela cidade do Alto-Alentejo, indo outra parte acrescentar o acervo da Academia de Ciências de Lisboa.

Nesta cidade ficaram as peças mais pesadas e a pinacoteca. Um rude golpe para os baixo-alentejanos do século passado, que viam partir, sem poder actuar, alguns valiosos exemplares da sua história. Esta dor nunca esquecida fez, no entanto, surgir nalgumas mentes mais esclarecidas o desejo de fundar um museu dependente dos órgãos autárquicos, que expusesse o que restava daquela colecção e recolhesse o material que por todo o distrito se ia ocasionalmente encontrando ou ainda os achados de valor arqueológico e artístico, fruto das demolições que, na segunda metade do século XIX, se realizavam na cidade, caso da Igreja de S. João Baptista (séc. XVI), Convento do Carmo (séc. XVI), Convento da Conceição (séc. XV), Convento da Esperança (séc. XVI), Paço dos Infantes (séc. XV).

Estes homens de boa vontade e defensores do património regional, encabeçados pelo secretário da Câmara Municipal de Beja - José Umbelino Palma, director do jornal "O Bejense", viriam a inaugurar em 29 de Dezembro de 1892, o Museu Archeo-

cultura local

lógico de Beja, raiz do actual Museu Regional Rainha D. Leonor.

Nele estavam expostos o espólio atrás citado e ainda numerosas dádivas particulares, principalmente efectuadas pelo bispo, D. António Xavier de Sousa Monteiro, ao qual se deve o salvamento de importante conjunto de peças arqueológicas. Em 1927-28, o Museu Arqueológico seria transferido da Câmara Municipal onde estava instalado para o Convento da Concelção, após algumas obras de restauro, passando a tutela para a Junta de Província de Beja (ex-Junta Distrital e actual Assembleia Distrital). Esta transferência de espaço e entidade tutelar, permitiu um alargamento de âmbito geográfico assim como a possibilidade de aumentar quantitativamente o número de peças expostas e uma nova apresentação das colecções.

Para estas instalações se deslocaram várias peças de arte religiosa, precedentes das igrejas e conventos extintos ou demolidos.

Pode dividir-se a existência do Museu em três fases bem distintas, consoante a organização e exposição das peças. Na primeira fase, coincidindo com a fundação do Museu Arqueológico, sito no edifício da Câmara Municipal de Beja, optou-se pela exposição em colecções, consoante os seus principais doadores e investigadores. Talvez devido à afluência de doações e como forma de reconhecimento público. Assim instalaram-se as salas "Almeida Dória", "Gomes Palma", "Castro e Sousa", "Félix Caetano da Silva" e "Gama Xarro".

Esta organização pressupunha, quanto a mim, uma certa "desordem" bem ao gosto romântico, mesclando diversos objectos e cronologias, com se se tratasse de uma pequena sala de estudo.

Numa segunda fase, quando da transferência para o Convento da Concelção (1927-28), já ele uma peça de museu, decidiu-se dividir as colecções por secções temáticas permitindo uma melhor leitura de conjunto. Mesmo assim esta divisão não foi alcançada dada a grande densidade de pe-

ças, todas elas expostas por consideração com os doadores, permitindo satisfazer alguma curiosidade mas perdendo-se na sua grande proliferação.

Tentou-se criar um itinerário lógico (?) cuja entrada se processava pelas arcadas, passando pela sala dos túmulos onde se encontravam (encontram) algumas coberturas brasonadas, o antigo passadiço em tijolo e os retratos dos fundadores do Convento. Esta sala mantém-se inalterada.

Passava-se para o claustro, parte descoberta, onde se expunham vários materiais líticos; uma secção arquitectónica, escultórica e tumular, com capitéis, estátuas, pedras de armas, arcos tumulares e cistas, cantarias góticas e a preciosa colecção visigótica. Tudo isto numa mistura de épocas e estilos.

Na quadra de S. João Evangelista (sul) encontrava-se a secção de cerâmica, compreendendo materiais de construção romana, árabe, conjuntamente com a colecção de olarias de Beringel (séc. XVII a XX). O itinerário levava-nos às salas de pintura, expondo-se algumas peças da pinacoteca, sem que primeiro se atravessasse a capela de S. António, pequeno cubículo com a colecção de ferragens (chaves, espelhos de fechaduras, dobradiças, fechos de arca, etc.).

Retrocedia-se à sala do capítulo, onde só se observavam os lindos azulejos sevilhanos, passando-se depois à quadra de Nossa Senhora do Rosário com a secção de epigrafia, albergando cipus e outros materiais líticos. Igual tipo de material se encontrava também na quadra de S. João Baptista, junto à secção de numismática.

Ainda antes de subir ao primeiro piso visitava-se a igreja onde se podia apreciar, em vários expositores, alguns paraamentos e tecidos de damasco e ouro, alfaias religiosas e joalharia. Atravessando um pequeno pátio subia-se ao primeiro andar, onde a miscelânea de objectos expostos era total: porcelanas nacionais e estrangeiras, cristais, ferros forjados e cataventos, azulejos, cerâmica rústica, chinesa, da

cultura local

idade do bronze e árabes, leques, jóias, relógios, trajes femininos (séc. XVIII e XIX), trajes regionais, pedras lavradas, numismática e a grande atracção dos visitantes uma bicicleta do século XIX.

Esta exposição de objectos, que se encontrou praticamente imutável até 1982, dava-nos uma perspectiva das várias e ricas colecções do Museu, permitindo ao visitante debruçar-se sobre uma ou outra de maior interesse pessoal, e não lhe seria difícil percorrer o seu espaço durante uma hora ou mais.

Infelizmente a opção à apresentação das peças tendo como base a temática dos materiais, (sem o alcançar totalmente) e a inexistência de legendagem não permitia uma informação suficiente para o esclarecimento da cronologia e importância das peças. Isto provocava uma certa confusão no público em geral e só satisfatória para um grupo muito restrito de conhecedores da História, que poderia, dentro da diversidade, entrar em contacto com boas colecções.

Creio que a filosofia do museu de finais do século XIX e princípios do XX de âmbito regional, tinha como objectivo primeiro dar uma perspectiva da riqueza patrimonial da região, pouco se preocupando com os aspectos educacionais e pedagógicos. A não reorganização da disposição das colecções deveu-se sobretudo à falta de pessoal especializado, falta de verbas e à perspectiva do conservador, que via o museu como uma instituição muito pessoal.

Toda esta disposição se encontrava numa penumbra permissiva para a segurança das peças, iluminada somente por pequenos focos de luz colocados nos cantos do tecto, dissimuladas nas mísulas das abóbadas, não destacando nenhuma peça em especial. Só as quadras do claustro, com a sua rica azulejaria, viviam da luz natural que penetrava através dos arcos ogivais.

Quanto à conservação e segurança das peças e do edifício posso afirmar que se reduzia ao mínimo, isto é, ao factor hu-

mano, ainda por cima com um quadro de pessoal insuficiente.

Nalguns casos de restauro, poucos, a situação atingia a raia do catastrófico.

A terceira fase da existência do museu processou-se a partir de 1982, após a demissão (exoneração) do seu director, Dr. Bélard da Fonseca e a sua substituição, por concurso público, pelo Dr. José Carlos Oliveira.

Este último viria a privilegiar o edifício, em detrimento da anárquica apresentação das colecções, colocando em reserva quase todo o acervo. Desta reestruturação permaneceriam inalteráveis: a Igreja com os andores de prata e paramentos; a sala do Capítulo, com alguns cruxifixos e o arcaz da sacristia; as salas de pintura e a quadra do Rosário, com material arqueológico romano.

Este início de reestruturação viria a merecer por parte do meio cultural da cidade alguma aprovação, como ponto de partida para uma nova vida interna e uma nova perspectiva museológica. A opção de libertar parcialmente o claustro, de maneira a proporcionar uma melhor visualização dos azulejos e do conjunto arquitectónico, mostrou-se bastante acertada, dada a confusão existente, a falta de espaço e principalmente por questões de segurança.

Uma outra razão apontada como condição fundamental para esta opção, foi a inexistência de um inventário sério e completo, que permitisse conhecer o verdadeiro espólio do museu. Este facto foi, aliás, uma das causas da saída do ex-Director, que segundo fontes da vereação da Câmara Municipal de Beja de 1982, se recusava fazê-lo.

Sabe-se que algumas peças de menor dimensão terão desaparecido misteriosamente durante a sua gerência, como foi o caso de uma espada da Idade do Bronze e moedas. Tal facto obrigou a Assembleia Distrital a nomear uma equipa de técnicos, para efectuar uma pré-inventariação.

Com melhores condições materiais e enquadramento proporcionados pela Assembleia Distrital, instituição tutelar do Mu-

cultura local

seu, ao optar-se por uma nova museologia, esperava-se também uma nova dinâmica de forma a ultrapassar erros e lacunas antigas, como por exemplo, a organização de exposições temporárias e itinerantes; obtenção de meios de segurança e conservação; proporcionar aos visitantes uma leitura simples e pedagógica dos objectos e criação de secções de educação e animação.

Pode afirmar-se que durante estes oito anos da actual gerência, o Museu Regional Rainha D. Leonor, poucas alterações sofreu a nível de apresentação das colecções (se não contarmos com o desanuviamento inicial), da segurança, conservação e dinamização. Podemos assinalar deste período três ou quatro exposições de importância local, uma celebração do Dia Mundial dos Museus com a animação de um jogo didáctico "A Procura do Tesouro", e alguns concertos organizados por outras instituições culturais. No campo da recolha de materiais tem-se assistido a uma diminuição acentuada de doadores (se exceptuarmos a doação feita à cidade, do espólio arqueológico do Dr. Fernando Nunes Ribeiro). Esta lacuna importante no acréscimo dos acervos do museu e na sensibilização da população tem sido prejudicada por uma certa desadaptação e inércia dos seus responsáveis.

Registe-se, no entanto, por parte dos mesmos um grande dinamismo quanto ao apetrechamento em material técnico, tais como: laboratório de fotografia, incluindo reproduzidor de diapositivos, computador e video-writer; equipamentos de carpintaria, desenho, laboratório e outros. Estas aquisições não implicam contudo o seu aproveitamento, demonstrado pela inexistência de inventário, venda de material visual, ou qualquer roteiro.

Esta panorâmica é pois confrangedora só por si, mas se a aliarmos à área de segurança torna-se verdadeiramente caótica. Imagem deste estado inalterável, foi o roubo perpetrado por três jovens embriagados, que em 1980, viram a porta de ser-

viço abrir-se após um encosto fortuito. Terá sido uma noite diferente para eles, mas que demonstra o estado de segurança externa do edifício.

As peças roubadas seriam devolvidas pelos mesmos na tarde seguinte, mas a inexistência de inventário tornaria muito difícil a sua procura pela polícia se tal medida se impusesse.

Durante o ministério do Dr. Coimbra Martins o edifício seria apetrechado com um sistema de alarmes para a segurança externa. A mesma opção não foi mantida quanto à segurança interna, que continua exclusivamente sob uma precária vigilância humana, como nos demonstra o roubo, de uma tela do retábulo de Nossa Senhora do Desterro em 1988.

Perante esta situação pode-se ironicamente supor que os visitantes não têm sido assim tão maus.

Comentando este último roubo o actual director-conservador declararia aos órgãos de comunicação social que não apresentou queixa policial dado desconhecer o tema da tela e a data do roubo.

No capítulo da segurança contra fogos foi efectuada uma vistoria pelos Bombeiros Voluntários de Beja, no ano de 1987, constando no relatório do comandante destes, a total ausência de medidas preventivas para o seu combate e um perigo iminente de fogo e destruição da zona da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e áreas limítrofes caso ocorra um curto circuito ou acidente com uma chama. Sistema eléctrico antigo e obsoleto, cobertura da igreja em talha dourada e pavimento em madeira de pinho, muito ressequida e cheia de poeiras, são as principais causas dessa preocupação. Para o combate imediato a um acidente resta ao museu a utilização de alguns extintores de pó talvez já com carga fora de prazo e mal colocados.

Esta situação é extensiva à área de reservas que se encontra no coro alto e que armazena paramentos, parte da pinacoteca, alfaias religiosas, material arqueológico e etnológico, azulejaria, etc.. As reservas

cultura local

estão mal localizadas por se encontrarem num primeiro andar e por terem uma porta de acesso baixa e estreita, o que impediria qualquer esforço de as salvar.

No capítulo da segurança pode concluir-se que o Museu Regional Rainha D. Leonor se encontra nas mãos de Deus.

Pouco melhor é a actual conservação dos objectos e do edifício que se encontram dependentes das condições climatológicas. Há excepção de dois desumificadores, insuficientes para tão grande edifício, muitos dos objectos expostos têm sofrido danos com as elevadas amplitudes térmicas e grau de humidade, principalmente as pinturas sobre madeira, tela e estuque, paramentos e a talha dourada da Igreja.

As obras efectuadas em 1985/86 pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais nos terraços, de forma a evitar a infiltração de águas, têm-se mostrado insuficientes, verificando-se uma progressiva deterioração dos azulejos sevilhanos do Capítulo.

A não efectivação de trabalhos de conservação e restauro, tem permitido à traça continuar impunemente a destruição da talha dourada do século XVII e XVIII, sendo esta nalguns casos alarmante.

No que concerne à apresentação dos objectos à que referir a deficiente iluminação, que prejudica a análise das peças e traz problemas à segurança das mesmas. Os focos de luz existentes estão situados, de forma dessimulada, no arranque das abóbadas, provocando uma certa penumbra ou no caso das pinturas uma luz quase rasante, iluminando as partes centrais e escurecendo as laterais. Creio que uma iluminação correcta permitiria criar um certo ambiente e melhorar a leitura das obras.

Para além das pinturas, expostas em duas salas, existem ainda dois expositores com peças oferecidas por D. Manuel I à cidade, antiquados e que retiram parcialmente o seu valor histórico e artístico.

De assinalar a falta de legendagem e de um roteiro que permitam ao visitante comum o conhecimento da época e historial

das várias peças ou elementos decorativos do edifício. Ao visitante só lhe restará gostar ou não do que vê, pois culturalmente nada acrescenta aos seus conhecimentos.

Esta é a ideia base de muitos dos estudantes que isoladamente visitaram este museu. E quando alguém pretende adquirir um poster, um diapositivo, um postal ou uma publicação sobre o Museu, recebe como resposta um simples:

- Não há!

Se a história não nos tivesse deixado como herança a Mariana Alcoforado, o museu/convento não teria qualquer divulgação nacional ou Internacional. Reestruturar urgentemente é a solução diagnosticada por todos quantos o visitam, mas as entidades responsáveis continuam a adiar a cura.

REESTRUTURAR PARA CONSERVAR, APRESENTAR E DINAMIZAR

Parece-me que para reestruturar um museu regional, há que definir *à priori* e com muita precisão, qual o tipo de museu que queremos e quais os objectivos que pretendemos atingir.

Esta deve ser a base para uma discussão, mas que por determinadas condicionantes económicas, culturais e políticas, os órgãos tutelares do Museu Regional Rainha D. Leonor, ainda a não fizeram, nem tão pouco parecem predispostos a fazê-la.

O conceito de museu regional sofreu, desde o século passado, mudanças importantes e todos nós reconhecemos que é utópico conseguir mostrar em profundidade a realidade global de uma região, nos seus múltiplos aspectos. Há, então, que optar pela criação de um núcleo específico, e a partir dele realizar acções concretas dessa mostragem, através de exposições temporárias e itinerantes, com colecções próprias ou outras que eventualmente se recolham.

cultura local

As colecções que o museu dispõe, em reserva, são de grande importância histórica e artística e mereciam ser expostas.

Opção diferente tem o seu director que prefere a criação de vários núcleos museológicos, espalhados pela cidade, sem que para tal possua materiais suficientes de cada época, de forma a racionalizar os meios e proporcionar ao museu uma estrutura que responda às suas necessidades funcionais.

A abertura de novos núcleos pode resolver aparentemente a falta de espaço do Convento de Nossa Senhora da Conceição, mas sobrecarrega financeiramente a Assembleia Distrital. Talvez a construção de um novo edifício que englobasse toda a colecção arqueológica fosse a solução mais razoável.

Mesmo ao nível das prioridades parece incorrecto que se gastem cinco milhões de escudos na abertura do núcleo visigótico, sem tomar em consideração os problemas de segurança e conservação do Convento/Museu.

Atendendo às condições financeiras das autarquias e ao espaço e meios humanos de que se dispõe, aconselharia algumas acções imediatas, tais como:

1 - Inventariação - a primeira grande medida a realizar, sem a qual o museu não poderá estar aberto ao público.

2 - Segurança - solicitar uma inspecção contra fogos e realizar as obras consideradas necessárias, tais como um novo piso para a igreja, limpeza da talha e sistema eléctrico. Estudo das condições de segurança interna com a P.S.P. ou empresas especializadas e actuar em conformidade.

3 - Conservação - análise do estado de conservação dos objectos e do edifício, conjuntamente com o Instituto José de Figueiredo e D.G.M.N..

Especialização de um elemento do quadro em conservação e restauro de madeiras.

Conservação e restauro das pinturas. Criação de laboratórios.

4 - Aproveitamento do espaço na cabeceira do edifício.

5 - Apresentação dos objectos- este item deveria ser formalizado após o estudo das colecções e a discussão sobre o tipo de museu pretendido. No entanto parte do espólio do convento deveria ser exposto a fim de recrear, parcialmente o ambiente.

Reformulação total da iluminação consoante a exposição dos objectos.

Estudo pormenorizado do espaço e exposições temporárias das colecções.

Legendagem de todos os objectos, elementos decorativos e arquitectónicos.

6 - Reservas - o museu possui na ermida de S. Sebastião uma reserva para materiais líticos e uma segunda no coro alto da igreja da Conceição, como já foi referido. Tornar-se-ia necessário deslocar esta última para outra área, e aproveitar o coro alto como local de exposição e permitir aos visitantes uma panorâmica sobre a igreja.

As reservas deveriam ser reinstaladas racionalmente segundo processos modernos de armazenamento museológico.

7 - Divulgação e animação - uma correcta gestão museológica implica uma dinâmica própria que tenha em mente:

- Criação de serviços de apoio às escolas, comunidade e investigadores.

- Publicação de um guia do museu.

- Venda de postais e diapositivos.

- Feitura de cartões de Natal com base em várias pinturas.

- Publicação sobre o Convento de Nossa Senhora da Conceição e outros monumentos da cidade.

- Feitura e venda de cópias de algumas peças do museu (mosaicos e peças de arqueologia).

- Mala pedagógica.

- Vídeo para empréstimo às escolas sobre o edifício e sobre o museu.

- Publicação de um livro de receitas sobre os doces do Convento.

- Exposições das colecções do museu.
- Exposições com artistas regionais e nacionais.
- Aproveitamento do espaço fronteiro para exposições ao ar livre e espectáculos.
- Cursos para ocupação de tempos livres sobre pintura, desenho, azulejaria e cerâmica.
- Exposições sobre temáticas regionais.
- (...)

Estas são algumas actividades exemplificadoras de divulgação e animação do museu como espaço cultural e lúdico, mas passa igualmente pela investigação do património histórico-cultural e pela sensibilização da comunidade na sua defesa.

Tal como se tentou demonstrar ao longo deste trabalho, existe um património riquíssimo que deve ser inventariado, investigado e divulgado. Se for efectuado creio que as gentes desta região ficarão sensibilizadas para a doação de muitas peças para o espólio do museu, quer pelo carinho que lhes devotam, quer pelo prazer de um dia verem o seu nome como doadores.

A doação pode ser uma das melhores hipóteses de recolha de objectos, mas cabe ao museu criar condições para a investigação em equipas especializadas aglutinando técnicos qualificados.

BIBLIOGRAFIA

BECHTOID, Gerhard - *Regional Museums: development, function and organi-*

zation, in *Museum*, vol. XXI, nº2, 1968, p.p. 144 a 147.

BENOIST, Luc - *Musées et muséologie*, Paris, Ed. Presses Univeritaires de France, 1960, 127 p.

CHATELAIN, Jean - *La formation du personnel des musées*, in *Musées et Collection Publiques*, nº94, 1966, p.p. 7 a 19.

GILBERT, P. - *Le musée et l'art d'enseigner*, in *Museum*, vol. XX, nº4, 1967, p.p. 291 a 295.

GILBERT, P. - *Ocupatins des bâtiments anciens comme musées*, in *Museum*, vol. XX, nº 4, 1967, p.p. 257 a 262.

Guia de Beja - Beja, Ed. Câmara Municipal de Beja, 1950, 235 p.

HANSEN Tage Hoyen - *Le rôle éducatif du musée*, in *Museum*, 1984, vol. XXXVI, p.p. 176-183.

JOHNSON, E. Vernen et **HORGAN**, Joanne C. - *La mire en réserve des collections de musée*, Paris, UNESCO, 59 p..

MOREIRA, Isabel M. Martins - *Museus e monumentos em Portugal, 1772/1974*, Lisboa, Ed. Universidade Aberta, Coleção Temas de Cultura Portuguesa, 1989, 210p. Museu Regional de Beja, Catálogo das principais peças, Beja, Ed. Junta Distrital de Beja, 134 p..

OWEN, David E. - *What are museums for*, in *Museum Journal*, vol. 69, nº 2, 1969, p.p. 100 a 105.

ROO, R. de - *Les services éducatifs*, in *Museum*, vol. XX, nº4, 1967, p.p. 269 a 272.

SALGADO, Anastácia Mestrinho e **SALGADO**, Abílio José - *O testamento da Infanta D. Beatriz*, Beja, Ed. Antunes, 1988, 110 p..

OLHAR O TEMPO NA OBRA

